



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL)

Requer, na forma do art. 17, inc. II, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a devolução do Projeto de Lei nº 6.075, de 2013, ao Presidente da Casa, para sua redistribuição à Comissão de Saúde.

Senhor Presidente:

Tendo sido designado Relator do PL nº 6.075, de 2013, constatei que o seu objeto não pertence às atribuições desta Comissão. Dessa forma, para que não se incorra no art. 55, caput e parágrafo único<sup>1</sup>, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, solicito que a matéria seja devolvida à Presidência da Casa para, na forma do art. 17, inciso II, alínea “a”, também do RICD, proceder à sua redistribuição à Comissão regimentalmente vocacionada para tratar do assunto, qual seja, a Comissão de Saúde – CSAUDE.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 6.075, de 2013, pretende obrigar o Sistema Único de Saúde – SUS a realizar cirurgias reparadoras em crianças e

<sup>1</sup> Art. 55. A nenhuma Comissão cabe manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica.

Parágrafo único. Considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele, que infringir o disposto neste artigo, o mesmo acontecendo em relação às emendas ou substitutivos elaborados com violação do art. 119, §§ 2º e 3º, desde que provida reclamação apresentada antes da aprovação definitiva da matéria pelas Comissões ou pelo Plenário.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

adolescentes com orelhas proeminentes, quando atestadas por médico devidamente habilitado.

Portanto, o campo temático está inserido na Comissão de Saúde – CSAUDE, a qual deve se pronunciar em relação ao mérito principal da matéria, que trata da garantia da realização de cirurgias reparadoras.

Em que pese a previsão regimental de que a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família – CPASF possa analisar matérias relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente (alínea “i” do inc. XXIX do art. 32 do Regimento Interno), tal atribuição está mais correlacionada com o direito de família e do menor (alínea “h”) e a assistência social para proteção à maternidade, à infância, à adolescência e à família (alínea “f”), que não se confunde com a “assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde” – inclusive das crianças –, um dos três objetivos definidos no art. 5º da Lei nº 8.080, de 1990, para o Sistema Único de Saúde – SUS.

Ainda que se entenda que a CPASF possa se pronunciar em relação ao aspecto psicológico e ao processo de encaminhamento dos pedidos de cirurgias no interesse das crianças, a análise da CSAUDE não pode ser dispensada, pois o comando do primeiro artigo da proposta consiste em obrigar o Sistema Único de Saúde – SUS a realizar as cirurgias.

Desse modo, requeremos a devolução da matéria à Presidência da Casa, para substituição da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família – CPASF pela Comissão de Saúde – CSAUDE, ou, alternativamente, pela inclusão desta última, cujos campos temáticos estão mais diretamente relacionados à análise do mérito do PL nº 6.075, de 2013.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2023.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

